



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 16, DE 2011

(Dos Srs. Cândido Vaccarezza e Paulo Abi-Ackel)

Altera o Regimento nos termos que especifica.

DESPACHO:

TENDO EM VISTA APROVAÇÃO DO REQ Nº 377/11, REQUERENDO URGÊNCIA PARA ESTE PROJETO, DETERMINO A DISTRIBUIÇÃO DO PRC 16/2011 À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD), E À MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

Art. 1º O Regimento da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. O Presidente da República poderá indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo, composta de Líder e sete Vice-Líderes, com as prerrogativas constantes dos incisos I, III e IV do art. 10.”
(NR)

“Art. 11-A. A Liderança da Minoria será composta de Líder e quatro Vice-Líderes, com as prerrogativas constantes dos incisos I, III e IV do art. 10.

§ 1º O Líder de que trata este artigo será indicado pelo Partido ou Bloco Parlamentar que representa a Minoria de acordo com os termos do art. 13.

§ 2º Os Vice-Líderes a que se refere este artigo poderão ser indicados dentre os partidos que, em relação ao Governo, expressam posição contrária à da Maioria.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo sem prejuízo das prerrogativas do Líder e Vice-Líderes do Partido ou Bloco Parlamentar considerado Minoria conforme o art. 13.”
(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O volume dos trabalhos na Câmara dos Deputados cresce a cada legislatura. De fato, foram apresentados, na 52ª (2003-2007), mais de sete mil projetos de lei, e na 53ª (2007-2011), mais de 8 mil projetos, sem contar, em ambos os casos, outras proposições, como medidas provisórias, projetos de decreto legislativo e propostas de Emenda à Constituição.

Com efeito, faz-se necessário que o Governo e Minoria, além de um corpo técnico adequado, tenha uma estrutura política com condições de acompanhar a tramitação das matérias no Plenário, nas vinte Comissões Permanentes e nas diversas Comissões Especiais da Casa. Nesse sentido, apresentamos este projeto de resolução, para aumentar o número de Vice-Líderes tanto do Governo, como da Minoria.

Ressalte-se que as prerrogativas exercidas pelo Líder e Vice-Líderes da Minoria serão exercidas sem prejuízo das atribuições do Líder e Vice-Líderes do Partido ou Bloco Parlamentar considerado Minoria. É o que prevê o parágrafo único deste projeto de resolução.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares à aprovação da proposta que ora apresentamos.

Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 2011.

Deputado **CÂNDIDO VACCAREZZA** (PT/SP)
Líder do Governo

Deputado **PAULO ABI-ACKEL** (PSDB/MG)
Líder da Minoria

<p align="center">LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>
--

**REGIMENTO INTERNO
DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

RESOLUÇÃO Nº 17, de 1989

Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

.....

**CAPÍTULO IV
DOS LÍDERES**

.....

Art. 10. O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - fazer uso da palavra, nos termos do art. 66, §§ 1º e 3º, combinado com o art. 89; ([*Inciso adaptado aos termos da Resolução nº 3, de 1991*](#))

II - inscrever membros da bancada para o horário destinado às Comunicações Parlamentares;

III - participar, pessoalmente ou por intermédio dos seus Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer verificação desta;

IV - encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a um minuto;

V - registrar os candidatos do Partido ou Bloco Parlamentar para concorrer aos cargos da Mesa, e atender ao que dispõe o inciso III do art. 8º;

VI - indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los.

Art. 11. O Presidente da República poderá indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo, composta de Líder e cinco Vice-Líderes, com as prerrogativas constantes dos incisos I, III e IV do art. 10. ([*Artigo com redação dada pela Resolução nº 38, de 1993*](#))

CAPÍTULO V DOS BLOCOS PARLAMENTARES, DA MAIORIA E DA MINORIA

Art. 12. As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Bloco Parlamentar, sob Liderança comum.

§ 1º O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 2º As Lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.

§ 3º Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de três centésimos dos membros da Câmara.

§ 4º Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do *quorum* fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 5º O Bloco Parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentados à Mesa para registro e publicação.

§ 6º ([*Revogado pela Resolução nº 34, de 2005, a partir de 1/2/2007*](#))

§ 7º ([*Revogado em decorrência da revogação do § 6º pela Resolução nº 34, de 2005, em vigor a partir de 1/2/2007*](#))

§ 8º A agremiação que integrava Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que dele se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma sessão legislativa.

§ 9º A agremiação integrante de Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

§ 10. Para efeito do que dispõe o § 4º do art. 8º e o art. 26 deste Regimento, a formação do Bloco Parlamentar deverá ser comunicada à Mesa até o dia 1º de fevereiro do 1º (primeiro) ano da legislatura, com relação às Comissões e ao 1º (primeiro) biênio de mandato da Mesa, e até o dia 1º de fevereiro do 3º (terceiro) ano da legislatura, com relação ao 2º

(segundo) biênio de mandato da Mesa. ([*Parágrafo acrescido pela Resolução nº 34, de 2005, em vigor a partir de 1/2/2007*](#))

Art. 13. Constitui a Maioria o Partido ou Bloco Parlamentar integrado pela maioria absoluta dos membros da Casa, considerando-se Minoria a representação imediatamente inferior que, em relação ao Governo, expresse posição diversa da Maioria.

Parágrafo único. Se nenhuma representação atingir a maioria absoluta, assume as funções regimentais e constitucionais da Maioria o Partido ou Bloco Parlamentar que tiver o maior número de representantes.

TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

CAPÍTULO I DA MESA

Seção I Disposições Gerais

Art. 14. À Mesa, na qualidade de Comissão Diretora, incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara.

§ 1º A Mesa compõe-se de Presidência e de Secretaria, constituindo-se, a primeira, do Presidente e de dois Vice-Presidentes e, a segunda, de quatro Secretários.

§ 2º A Mesa contará, ainda, com quatro Suplentes de Secretário para o efeito do §1º do art. 19.

§ 3º A Mesa reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por quinzena, em dia e hora prefixados, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou por quatro de seus membros efetivos.

§ 4º Perderá o lugar o membro da Mesa que deixar de comparecer a cinco reuniões ordinárias consecutivas, sem causa justificada.

§ 5º Os membros efetivos da Mesa não poderão fazer parte de Liderança nem de Comissão Permanente, Especial ou de Inquérito.

§ 6º A Mesa, em ato que deverá ser publicado dentro de trinta sessões após a sua constituição, fixará a competência de cada um dos seus membros, prevalecendo a da sessão legislativa anterior enquanto não modificada.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
